

# A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO E A TRANSMISSÃO LINGUÍSTICA IRREGULAR

Gutemberg Magalhães Oldack Barbosa<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo revisita pontos da sócio-história da língua portuguesa no Brasil, trazendo dados breves sobre eventos históricos que tentam explicar alguns porquês da formação do português brasileiro. Para tanto, apresenta uma “agenda” que traz algumas notícias sobre a língua desde o início da colonização do Brasil até os dias atuais com as considerações referentes às teses que dialogam ainda sobre supostas verdades a respeito da gênese da língua portuguesa no Brasil até chegar na atual situação linguística brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Língua Portuguesa. Sociohistória. Transmissão Linguística Irregular.

**ABSTRACT:** This article reviews some of the socio-history of the Portuguese language in Brazil, bringing brief data on historical events that try to explain some of the reasons for the formation of Brazilian Portuguese. To do so, it presents an "agenda" that brings some news about a language from the beginning of the colonization of Brazil to the present day as considerations referring to the theses that still talk about alleged truths about the genesis of the Portuguese language not in Brazil until the current Brazilian linguistic situation.

**KEY-WORDS:** Portuguese Language. Socio-history. Irregular Language Transmission.

## Introdução

Há quase duzentos anos, uma agenda de estudos sobre a língua portuguesa do Brasil se faz presente, em ebulição permanente, nas discussões de renomados linguistas brasileiros e estrangeiros. Tem-se notícia de que tudo começou com Domingos Borges de Barros, o Visconde de Pedra Branca, que, em 1826, publicou, em um atlas francês, um texto sobre a língua portuguesa no Brasil. De lá até os dias atuais, as pesquisas linguísticas se debruçam, mais precisamente, em três teses interpretativas sobre as origens do português brasileiro (PB).

A primeira, tendo como seu maior defensor o linguista Gregory Riordan Guy (1981, 1989), propôs a *crioulização prévia*, pois afirmava ter várias marcas de línguas

---

<sup>1</sup> Professor Mestre em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana.

crioulas no português popular brasileiro (PPB).

A segunda, tendo seus principais propositores os linguistas Anthony Naro e Marta Scherre (2007), desconsidera a tese de Guy (1981, 1989) e defende a *deriva secular*. Eles afirmam que o PB nada mais é que, com pequenas alterações, uma continuação do português arcaico vindo de Portugal. Ou seja, a *deriva* sugere apenas uma abordagem intrasistêmica, baseada no estruturalismo norte-americano do início do século XX que é alicerçado nas ideias de Edward Sapir, em sua proposta em 1920. As pesquisas, nesse âmbito, desenvolvidas por Naro e Scherre (2007), afirmam que as principais características no PB já eram presentes no português europeu não-padrão, antes da colonização do Brasil e, se as línguas africanas tiveram alguma influência na constituição do PB, foi apenas a de acelerar as tendências prefiguradas no sistema linguístico do português, desconsiderando, assim, qualquer outra possibilidade.

A terceira, defendida por Dante Lucchesi e Alan Baxter (2009), descarta as teses anteriores, especialmente a segunda, e defende uma proposta do contato entre línguas na formação do PB. Os resultados de estudos feitos por estes dois linguistas, principalmente em comunidades afro-brasileiras isoladas no interior da Bahia, levam a crer em uma *transmissão linguística irregular* (TLI) leve na formação do PB, ou mais precisamente, no PPB, que seria uma variedade da língua portuguesa, fruto do contato extenso e massivo do português europeu (PE) com as línguas ameríndias e as línguas africanas trazidas para o Brasil.

Este artigo, seguindo uma agenda de estudos do PPB, se debruça apenas em dialogar com essa terceira proposta, baseando-se no que afirma Lucchesi (1999), quando mostra que as condições particulares na formação da sociedade brasileira se deram a partir de uma grande miscigenação de povos e falares distintos: várias nações e várias línguas se misturaram durante mais de 500 anos para resultar na realidade sociolinguística hoje no Brasil.

É na década de 1980, segundo Lucchesi (2012), que essa agenda sobre o contato entre línguas na formação do PPB volta à tona, a partir dos estudos de dois linguistas norte-americanos: Guy (1981 e 1989) e Holm (1988 e 1992). Este refaz sua ideia inicial de um *semicrioulo*, já utilizada por Serafim da Silva Neto em 1950, para *reestruturação parcial*, conceito tal que é sistematizado mais pontualmente em 2004, quando ele faz liames entre as situações que ocorreram na colonização do Brasil e em colônias francesas no Oceano Índico, no Caribe, no sul dos Estados Unidos e na África do Sul.

Guy (1981 e 1989), por sua vez, a partir de estudos variacionistas, realizados com

falantes não escolarizados da cidade do Rio de Janeiro, e das observações de semelhanças entre o PPB e as línguas crioulas africanas de base lexical portuguesa, vai afirmar que as condições sociais de colonização do Brasil foram oportunas para uma criouliização, seguida de uma descrioulização acelerada de um crioulo português que surgiu no século XVII, o que resultou no PPB.

### **A África Negra trazida ao Brasil e a América Indígena encontrada pelos brancos: o contato entre línguas**

Sendo a maior diáspora negra que se tem notícia, nos primeiros quatro séculos a partir de 1500, os registros históricos mostram que mais de quatro milhões de africanos foram trazidos à força ao Brasil para serem escravizados<sup>2</sup>. Porém, estimativas variam muito quanto a esse número dito oficial: dados não oficiais chegam a apontar treze milhões e quinhentos mil africanos vindos para o Brasil até os idos de 1850, ano de extinção do tráfico dos povos de África, como afirma Lucchesi (1999). Esse número faz significativa diferença a ser considerada na constituição da sócio-história do Brasil. Essa afirmação vai ser defendida por Baxter (1995), quando propõe sair do impasse da hipótese da *criouliização prévia*, já que a mesma não permite uma avaliação crítica adequada, e considerar a proposta do contato entre línguas, a partir das vertentes rurais africanas e ameríndias.

Sobre a “construção” do Brasil, com a chegada dos portugueses, a maioria dos pesquisadores da história social brasileira vai comungar com a ideia de que a importância dos africanos foi mais expressiva do que a dos indígenas na formação da realidade linguística atual do país. Esse dado é explicado por Lucchesi (1999), quando comenta que

desde os primeiros contatos, as comunidades autóctones brasileiras sentiram o violento impacto da transplantação da civilização cristã ocidental para o Brasil. Com efeito, ao longo desses cinco séculos, perpetrou-se um verdadeiro genocídio dos povos indígenas. Quando não eram chacinados pelas “expedições punitivas”, eram dizimados por moléstias adventícias contra as quais não haviam desenvolvido qualquer imunidade – uma simples virose dizimava tribos inteiras. Expulsos de suas terras, buscavam refúgios nas regiões mais recônditas e mais inacessíveis, onde encontravam abrigos da sanha “civilizatória”. Quando escravizados, não se adaptavam aos trabalhos forçados, sobretudo aos trabalhos agrícolas, em razão de suas características

---

<sup>2</sup> Neste estudo não será usada a lexia “escravo” para se referir aos africanos trazidos de África, durante a colonização do Brasil, pois se entende claramente o cunho preconceituoso expresso nela. De forma política, será usada a lexia “escravizado” como resistência a toda forma de opressão que persiste, até os dias atuais, contra os povos africanos e seus descendentes.

culturais intrínsecas. Sua adaptação à vida urbana era ainda mais remota. (LUCCHESI, 1999, p. 78)

Não se quer e não seria possível negar a influência indígena na formação do PB. A história mostra que os portugueses, quando aqui chegaram, tiveram, de pronto, contato maciço com os índios que viviam no litoral e falavam línguas aparentadas do tronco tupi. Começa assim a se formar uma nova população: indígenas, portugueses e mestiços filhos de pai branco e mãe índia. Acredita-se que esse contato tenha sido o principal fator da formação e difusão da chamada *língua geral*, ou melhor dizendo, línguas gerais, pois se tem notícia de pelo menos duas delas: uma língua geral paulista que, segundo Lucchesi (2015), seria uma versão alterada do tupi das populações indígenas da região, e a outra seria a língua geral falada na província do Grão Pará, que compreendia os estados do Pará e do Maranhão, e seria baseada no tupinambá, uma língua aparentada com o tupi paulista. Toda essa situação é denominada de *multilinguismo generalizado* por Mattos e Silva (2004). Nesse cenário, o PE se restringia à administração pública e às escolas dos jesuítas.

Essas afirmações supracitadas foram questionadas por Mussa (1991) que postula que a *língua geral* tinha o seu uso limitado aos aldeamentos indígenas em que os padres jesuítas estavam presentes:

Uma relativa autonomia desses aldeamentos face ao poder real garantia aos missionários de Jesus o controle de uma preciosa frente de colonização. A língua geral foi, assim, a língua difundida nessa frente, não apenas língua de intercurso, mas materna das famílias luso-indígenas, enquanto o português era a língua da sociedade dos senhores de engenho. (MUSSA, 1991[1950], p.152- 153)

Mesmo na dúvida quanto a esses fatos históricos sobre a *língua geral*, é acertado que, com a chegada do Marquês de Pombal ao Brasil, determinou-se a expulsão dos padres jesuítas, a abolição da escravidão indígena e a proibição do uso de qualquer outra língua que não a língua portuguesa no território do Brasil. Essa foi a principal política para a generalização da língua portuguesa no Brasil, na segunda metade do século XVIII.

O suposto “afastamento” dos povos indígenas, talvez, possa explicar os porquês da grande participação dos povos africanos na formação da sociedade brasileira. Desde o princípio, na grande aventura que foi a construção desta nação, eles foram o alicerce, a partir do trabalho forçado, de toda a economia dos períodos de colônia e império, com sua força de trabalho. Além de serem aproveitados nas tarefas domésticas, foram eles que trabalharam arduamente no principal setor econômico que enriquecia a colônia: o plantio da cana de açúcar nas imensidões da região Nordeste. Com o declínio da cultura açucareira, os negros escravizados são vendidos para o trabalho nas minas de ouro e

diamantes nas Minas Gerais. Com o esgotamento das jazidas, mais uma vez, são vendidos para os donos das grandes fazendas de café no interior dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

O trabalho escravizado dos negros vai até a época do Brasil Império, no século XIX, quando se inicia um gradual processo de abolição da escravidão: em 1850, é alavancado com a Lei Eusébio de Queirós, que proíbe a entrada de navios trazendo africanos escravizados aos portos brasileiros. Em 1871, é promulgada a Lei do Ventre Livre, que tornava livre todos os filhos nascidos de mulheres escravizadas. Logo depois, em 1885, é também aprovada a Lei dos Sexagenários, que libertava todos os que eram escravizados e tinham a partir dos 60 anos, e cabia aos ex-proprietários indenizarem os libertos. Todo esse processo é finalizado quando a princesa regente, Dona Isabel, sanciona a Lei Áurea, no dia 13 de maio de 1888.

Considerando o estudo de Mussa (1991), no final do século XIX, apenas 15% da população do Brasil era formada por negros africanos e brasileiros, 41% por brancos brasileiros e europeus, 42% de descendentes da miscigenação<sup>3</sup>, e por quase nenhuma população indígena que, no século XVI, fora de 50%, como é possível ver no quadro abaixo:

**Quadro 3** – Etnias presentes na população brasileira entre 1538 a 1890

	1538-1600	1601-1700	1701-1800	1801-1850	1851-1890
Africanos	20%	30%	20%	12%	2%
Negros brasileiros	–	20%	21%	19%	13%
Mulatos	–	10%	11%	34%	42%
Branco brasileiros	–	5%	20%	17%	24%
Europeus	30%	25%	22%	14%	17%
Índios integrados	50%	10%	8%	4%	2%

**Fonte:** adaptado de Mussa (1991)

Tomando como base o *Quadro 3*, observa-se que é somente no século XVII que a soma da população de africanos e negros brasileiros resulta na metade da população do Brasil. Lucchesi (1999) explica que seria este o momento mais propício para o surgimento de processos de pidginização e crioulização do português. Em outras palavras, esse

<sup>3</sup> Mussa (1991) emprega a lexia “Mulatos”. Como já citado antes, neste artigo, evitar-se-á o uso de palavras que tragam cunho preconceituoso em referência aos povos africanos. Hoje, se sabe que “mulato” vem de “mula” (animal que só serve para carregar peso). Isso não seria digno para se referir a nenhum povo.

processo acontece quando a população do superstrato é menor que a do substrato. Porém, é observável que esses índices populacionais vão mudar expressivamente no início do século XVIII e, mais ainda, no seguinte, quando ocorre uma drástica redução: o que tinha sido 50% da população, no século XVII, cai para 15% dois séculos depois.

O quadro revela o massivo contato entre línguas durante os séculos, observando que a língua do dominante, a partir do século XVII, em momento algum, teve percentual inferior ao da língua dos dominados. Constata-se essa que, segundo Baxter (1995), foi fundamental para o gradual abandono de outras línguas e o domínio do português. Da aquisição como segunda língua (L2) pela população de falantes africanos e indígenas, a língua portuguesa passa a ser a primeira língua (L1) dos descendentes dessa população. Esta aquisição irregular do português e a nativização dessa variante não-padrão como L1 das gerações posteriores, segundo Lucchesi (1999), vai desencadear “[...] um processo de TLI que teve importantes consequências para a formação da atual realidade linguística brasileira, nomeadamente para as suas variedades populares” (p. 81).

### **A transmissão linguística irregular: algumas considerações**

O processo natural de aquisição da linguagem acontece de forma inconsciente, tendo como agente as crianças que, de modo espontâneo, na fase de socialização, interage com a família que será a base na aquisição de L1. Partindo dessa premissa, o processo de transmissão discutido nesta dissertação difere-se do processo natural. Primeiro, porque, na TLI, o agente são os adultos; segundo, porque a aquisição é de L2, e é feita de modo consciente. Ficando claro, então, serem dois processos distintos.

Lucchesi (1999) explica que a concepção de TLI é mais vasta do que o de pidginização/crioulização,

pois engloba, tanto os processos de mudança provenientes de contato entre línguas através dos quais uma determinada língua sofre alterações muito profundas na sua estrutura, do que resulta o surgimento de uma outra entidade linguística denominada pidgin ou crioulo, quanto os processos nos quais uma língua sofre contato com outras línguas, sem que essas alterações cheguem a configurar a emergência de uma nova entidade linguística qualitativamente distinta (LUCCHESI, 1999, p. 82).

e vai evidenciar essa diferença (LUCCHESI, 2012, p. 252) quando mostra como o processo da TLI, durante os primeiros séculos de Brasil, desencadeou variações e mudanças nas variedades do PPB, e que estas se concentram na erosão de marcas morfológicas que não possuem valor informacional, tais como:

**1. A concordância nominal e verbal**

a. Meus filhoØ trabalhaØ na roça.

**2. Flexão de caso dos pronomes pessoais**

b. Ele viu nós na feira.

c. Maria não gosta mais de eu.

d. Num vô mais tu.

Esses exemplos ilustram um tipo de simplificação morfológica que caracteriza geralmente situações de contato massivo entre línguas, em que irão alicerçar a maioria das variedades do PPB, as quais podem ser definidas como variedades parcialmente reestruturadas pelo contato entre línguas. Ainda afirma que os processos de TLI leve deixaram profundas marcas nessas variedades do PPB.

Lucchesi (2001) vai argumentar, a partir de fatos históricos do desenvolvimento do Brasil, para justificar a importância da TLI na formação do PPB, mostrando as condições em que viveram as populações no Brasil, nos últimos 500 anos. Começa com a aculturação das populações indígenas e africanas desde a primeira metade do século XVI, seguida dos grandes deslocamentos desses povos das áreas mais urbanizadas para os recônditos lugares no interior do país, dificultando mais ainda o aprendizado do PE que se concentrou definitivamente nas zonas urbanas com a elite branca colonial. Esses fatores foram cruciais para entender o porquê de os primeiros africanos e indígenas terem aprendido o português de forma tão precária, e essa L2 se converter em L1 para os seus descendentes, em uma situação de nenhuma escolarização, e em lugares de difícil acesso.

Após os primeiros cem anos de colonização, surgem, nos séculos XVII e XVIII, muitas cidades no interior do país, levando a acontecer um êxodo urbano. Somente no século XVIII, é implantado um sistema oficial de educação pública com a chegada do Marquês de Pombal. Porém, a escola era apenas para os homens brancos. As mulheres brancas, os africanos e os índios e seus descendentes continuavam não alfabetizados. A escolarização tardia e para poucos faz com que a maior parte da população brasileira fosse analfabeta até a metade do século passado.

Com a independência, no século XIX, o Brasil rompe com Portugal, e é, nesse cenário, que começam a surgir os primeiros rompantes nacionalistas em vários setores, inclusive no linguístico. Com a industrialização, crescem demasiadamente os centros urbanos, o que vai gerar um percurso inverso ao visto nos séculos anteriores: as populações do campo “invadem” as grandes cidades, acontecendo um permanente êxodo rural. Os meios de comunicação de massa e a precarização do ensino público vão acentuar

a polarização sociolinguística: de um lado o afastamento da norma culta do padrão estabelecido pela gramática normativa e, do outro lado, os dialetos populares que estiveram isolados por séculos nas periferias urbanas e zonas rurais.

Observando essas informações, é possível afirmar que, neste último século, o português popular do Brasil não faz um caminho em direção ao padrão europeu, mas sim, traça um vetor linear rumo ao que é chamada norma urbana culta, em processo cíclico contínuo.

Assim sendo, após esses breves diálogos com a história, Lucchesi (2001) reafirma que

Se não é possível determinar com absoluta segurança a intensidade desses processos crioulizantes e a sua repercussão para a língua do país como um todo, o certo é que o português sofreu profundas alterações ao ser adquirido inicialmente pelos índios aculturados e posteriormente por contingentes cada vez mais expressivos de escravos trazidos da África, desencadeando um processo de transmissão linguística irregular que marcou decisivamente a formação das atuais variedades populares da língua portuguesa no Brasil. (LUCCHESI, 2001, p. 104)

A partir do exposto, mesmo que a tese da TLI não dê conta de todas as indagações sobre as origens da língua portuguesa no Brasil, é claramente observável sua grande contribuição na agenda das pautas necessárias para entender muito da realidade linguística brasileira construída nesses últimos cinco séculos de história, já que são inegáveis as suas considerações sobre a língua vinda de Portugal já em “mutação” nos porões-embrionários dos milhares de navios negreiros.

### **Considerações finais**

A partir da leitura dos textos para o tecer deste artigo, ficou claro que a TLI acontecida no Brasil foi mais leve que as acontecidas em outros pontos das Américas e, por isso, a situação linguística observada hoje não representa uma nova “entidade linguística”, como seria comum para a formação de uma língua crioula, e sim uma variante do PE.

Observou-se também que a bipolarização sociolinguística da língua portuguesa no Brasil defendida por Lucchesi (2015) tem suas origens desde o século XVI, em que se opunham o PE falado pela elite colonial e as inúmeras línguas ameríndias e africanas dos povos sujeitados e escravizados e das supostas variedades faladas por esta mesma população e seus descendentes. Polarização essa que se situa até o século atual entre as variedades socialmente prestigiadas e as variedades socialmente desprestigiadas do



português falado no Brasil.

Hoje, mesmo com a situação sociolinguística do Brasil contemporâneo mostrada por Mello (2011), quando expõe que

[...] encontramos uma lista de 188 línguas indígenas vivas, além de cerca de 12 línguas de imigração e o português, como língua oficial do país. Além daquelas mencionadas, há também línguas secretas como *cafundó*, no interior paulista, ou a língua do negro da Costa, no interior de Minas Gerais, e a *lanc-patuá*, uma língua crioula falada no Amapá, provavelmente da Guiana Francesa. Outras variedades linguísticas como *unheengatu*, ou língua geral amazônica, utilizada no norte do Brasil, como língua de contato entre diversos grupos indígenas, estão também presentes. Mesmo que estes dados sejam aproximados, vê-se que a utopia da uniformidade linguística brasileira está longe de ser verdadeira. É fato que a língua portuguesa reina soberana na maior parte do território nacional, sendo utilizada como principal veículo de comunicação pela população brasileira, pela mídia, órgãos públicos *etc.* Mas, por detrás dessa estabilidade sincrônica do PB, esconde-se a diversidade dialetal e regional os vários estratos sócio-culturais, a variabilidade de registros e todas as outras complexidades próprias de uma língua utilizada como instrumento cultural por uma grande população, que ocupa uma vasta extensão territorial, em uma sociedade moderna. (MELLO, 2011, p. 174-175).

Percebe-se então que ainda há necessidade de muitos outros estudos para suprir as muitas indagações sobre as origens da língua portuguesa no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Silvana Silva de Farias. O português popular do semiárido baiano: fundamentos teóricos, socio-historicos e empíricos. In: Norma da Silva Lopes, Josane Moreira de Oliveira, Lúcia Maria de Jesus Parcero. (Orgs.). **Estudos sobre o Português do Nordeste: língua, lugar e sociedade**. São Paulo: Blucher, 2017. Cap. 3, p.49.

BAXTER, Alan N. Transmissão geracional irregular na história do português brasileiro – divergências nas vertentes afro-brasileiras. **Revista Internacional de Língua Portuguesa**, v. 14, 1995. p. 72.90.

LUCCHESI, Dante. A questão da formação do português popular do Brasil: notícias de um estudo de caso. **Revista a Cor das Letras**. Departamento de Letras e Artes da UEFS. n.III, dez., 1999.

LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertentes da história sociolingüística do Brasil (1500-2000). In: **Revista DELTA**. vol.17, no.1. São Paulo, 2001.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan. A transmissão linguística irregular. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. (Orgs.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 101-124.

LUCCHESI, D. A deriva secular na formação do português brasileiro: uma visão crítica. In LOBO, T., CARNEIRO, Z., SOLEDADE, J., ALMEIDA, A., and RIBEIRO, S., (Orgs.). **Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias** [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 249-274. ISBN 978-85-232-1230-8. Available from SciELO Books.

LUCCHESI, Dante. **Língua e sociedade partidas: a polarização sociolingüística no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004.

MELLO, Heliana. Formação do português brasileiro sob a perspectiva da linguística de contato. In: MELLO, Heliana, ALTENHOFEN, Cléo V., RASO, Tommaso. (Orgs.). **Os contatos linguísticos no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 173-185.

MUSSA, Alberto B. N. **O papel das línguas africanas na história do português do Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1991 (Dissertação de Mestrado).

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2007.

ARTIGO RECEBIDO EM 12/05/2020

ARTIGO ACEITO EM 02/06/2020